

## **Estudos da Língua(gem)**

**Estados diacrônicos e sincrônicos da Língua Portuguesa**

### **Conversando sobre o objeto indireto nulo no português brasileiro**

**Talking about the null indirect object  
in Brazilian Portuguese**

**Maria Aparecida TORRES MORAIS\***  
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP)

#### **RESUMO**

Este texto apresenta uma reflexão sobre o objeto indireto nulo no português brasileiro (PB), numa perspectiva comparativa com o português europeu(PE). Sob uma abordagem teórica particular, afirma-se que o PE e PB diferem na expressão gramatical desta função. Da mesma forma, com base em estudos de natureza quantitativa, observa-se que o OI nulo é muito mais produtivo no PB. Assume-se que tanto a perspectiva teórica como os resultados empíricos são importantes para se entender o estatuto pronominal do OI nulo no PB.

#### **PALAVRAS-CHAVE**

Objeto indireto nulo. Português Europeu. Português Brasileiro.

\*Sobre a autora ver página 185.

**ABSTRACT**

*This study is about the null indirect object in Brazilian Portuguese (BP). Adopting a comparative perspective it is proposed that BP differs from European Portuguese (EP) in the grammatical expression of the indirect object (IO). Also, based in quantitative studies it is shown that the null indirect object is more productive in BP. Both facts are relevant to understand the pronominal nature of the null indirect object.*

**KEYWORDS**

*Null indirect object. European Portuguese. Brazilian Portuguese.*

**1 Introdução**

Este texto apresenta uma reflexão sobre o objeto indireto nulo no português brasileiro (PB), no contexto de verbos transitivos, assim denominados por selecionarem um objeto direto (OD). A análise sintática corrente do PB afirma que, enquanto o objeto indireto (OI) é um sintagma preposicional (PP), o OD é um sintagma determinante (DP), ambos gerados como argumentos internos no Sintagma Verbal (VP), em oposição ao argumento externo.

Na seção 2 mostro que a discussão do PB se torna mais efetiva se o comparamos com o português europeu (PE). De fato, a abordagem comparativa entre as duas variedades nos leva a assumir a dicotomia categorial entre OI dativo, no sentido estrito, e OI preposicionado. Assim, o complemento dativo, tanto na sua expressão lexical, como pronominal, na referência de 3ª pessoa, comporta-se como DP, sendo introduzido na estrutura sintática por um núcleo funcional. Além disso, é uma função identificada morfologicamente: o morfema *a* que introduz obrigatoriamente o OI (a-DP) é um marcador de caso dativo. Da mesma forma, a sua expressão pronominal realiza-se nas formas clíticas dativas *lhe(s)*. Ao contrário, os OIs preposicionados são PPs introduzidos por preposições lexicais.

Com base nessa análise, é possível reconhecer que o PE e o PB não apresentam as mesmas estratégias na codificação do OI. Enquanto

a gramática lusitana apresenta evidências tanto para a construção ditransitiva dativa, que chamaremos de construção aplicativa, como para a construção ditransitiva preposicionada, o PB padrão codifica o OI unicamente como função oblíqua, sendo a configuração preposicionada a única produtiva. Tal fato é evidenciado pela baixa produtividade dos clíticos, na língua falada e língua escrita, e pelo aumento no uso da preposição *para*, em detrimento da preposição *a*.

Na seção 3 o assunto é o OI nulo. Estudos de natureza quantitativa têm mostrado que, no contexto dos verbos transitivos, embora o OI nulo de 3ª pessoa possa ser licenciado no PE e PB, sua produtividade é maior na variante brasileira. Tal fato parece relacionar-se à baixa ocorrência dos clíticos dativos. No entanto, vou argumentar que esta não é uma relação direta: a variante inovadora pode não ser o OI dativo nulo, mas o pronome forte introduzido por preposição. Além disso, destaco um fato a ser melhor explorado em pesquisas futuras: a entrada das formas *a ele/para ele* no elenco das variantes alternativas aos clíticos no PB é relevante para se entender a natureza categorial do OI nulo. Interessante observar que, ao contrário do que sucedeu ao sujeito nulo e ao objeto direto nulo, ambos exaustivamente investigados na literatura sobre o PE e PB, o OI nulo não mereceu a mesma atenção. Fica, portanto, o convite para que os pesquisadores se animem a realizar esta tarefa.

## 2 Objetos indiretos no PE e PB

### 2.1 Objetos indiretos dativos e preposicionados no PE

Na descrição das relações gramaticais do PE, Mateus et alii (2003) reconhecem uma importante distinção entre os constituintes preposicionados, no contexto dos verbos transitivos: os introduzidos exclusivamente por *a* e pronominalizados pelas formas *lhe/lhes* são denominados objetos indiretos (OIs); os que podem ser introduzidos por diferentes preposições, *em*, *para*, incluindo a preposição *a*, são complementos/adjuntos oblíquos.

Modificando ligeiramente esta terminologia, e dentro de um quadro teórico atual, Torres Morais (2006; 2007); Torres Morais e Berlinck (2006; 2007; 2009), Torres Morais e Salles (no prelo) propõem que o OI dativo é uma classe estrutural distinta, morfologicamente identificada por um marcador dativo. Por hipótese, a preposição *a* expressa a realização de um Caso dativo abstrato, semelhante a um sufixo. Nestes termos, os objetos dativos são precedidos obrigatoriamente pelo morfema *a* (a-DP); na sua expressão pronominal são realizados pelas formas clíticas *lhe/lhes*. Os OIs são também sintagmas preposicionados (PPs), introduzidos como participantes/modificadores nos eventos expressos pelos verbos. Consequentemente, o uso que fazemos do rótulo OI designa tanto o argumento dativo, quanto o argumento/adjunto oblíquo, introduzido por uma verdadeira preposição.

Nos estudos acima mencionados, assume-se ainda a hipótese de que o PE pode ser adicionado ao rol das línguas com a Construção de Objeto Duplo (DOC)<sup>1</sup>, muito discutida na literatura sobre o inglês. Assim, embora o OI seja uma classe distinta morfologicamente no PE, ao contrário do inglês, a configuração de duplo objeto se justifica por um conjunto de critérios que não serão aqui discutidos. No espírito de Pylkkänen (2002) analisamos a DOC como uma estrutura de aplicativo baixo. Em particular, defendemos que, no PE, o argumento dativo é um argumento extra, adicional, introduzido na sintaxe pelo núcleo funcional denominado aplicativo, que o licencia sintática e semanticamente. O núcleo aplicativo estabelece uma relação de posse entre dois indivíduos: o DP<sub>dat</sub> e o DP-tema. Os diferentes significados que os argumentos dativos expressam decorrem, pois, da posição estrutural em que são gerados.

Neste texto, a discussão sobre o OI está restrita a um subconjunto de predicados ditransitivos que expressam eventos dinâmicos de transferência/movimento, como *dar*, *levar*, *mandar*, *dizer*, *perguntar*, etc., e eventos dinâmicos de construção / criação, entre eles, *bater* (um bolo), *desenhar*, *pintar*, *preparar* (um jantar). Assumimos que tais predicados projetam a configuração aplicativa como em (1) abaixo. Reconhecemos ainda a possibilidade de que os OIs possam ser realizados como sintagmas preposicionados (PPs). À configuração resultante, denominamos

---

<sup>1</sup> Double Object Construction

construção ditransitiva preposicionada (PDC)<sup>2</sup>, nos moldes do que foi proposto por Cuervo (2003) para o espanhol.

### I. Construção aplicativa

- (1) a. O João enviou uma carta **à Maria**<sub>DAT</sub>/ enviou-**lhe** uma carta.  
 b. A Maria preparou um jantar **aos amigos**<sub>DAT</sub> /preparou-**lhes** um jantar.

[<sub>IP</sub> O João [<sub>v'</sub> v [<sub>VP</sub> enviou [<sub>APPL</sub> à Maria/lhe [<sub>APPL</sub> Ø [<sub>DP</sub> uma carta]]]]]]

### II. Construção ditransitiva preposicionada

- (2) a. O João enviou uma carta **para a Maria**<sub>OBL</sub>.  
 b. A Maria preparou um jantar **para os amigos**<sub>OBL</sub>.

[<sub>IP</sub> O João [<sub>v'</sub> v [<sub>VP</sub> enviou [<sub>PP</sub> uma carta [<sub>P</sub> para [<sub>DP</sub> a Maria ]]]]]]]

As duas construções não têm o mesmo significado. Pode-se dizer que, nas ditransitivas preposicionadas, há uma interpretação geral do OI-OBL como beneficiário. O sentido de posse dinâmica só pode ser construído com a construção dativa. Dessa forma, o OI dativo é recipiente (intencional) do OD, mesmo quando pode ser interpretado como beneficiário. Por sua vez, a função OBL é muito produtiva na expressão dos diferentes tipos de complementos/adjuntos preposicionados, entre eles, locativo, instrumento, comitativo, etc.

Outro fato interessante sobre o PE é a ausência do redobro dos DPs plenos por um clítico (3a). O redobro, porém, é permitido aos pronomes fortes (3b). Neste caso, a preposição *a* é obrigatória no dialeto padrão (3c). Observe-se que a ausência de redobro, torna a frase agramatical (3d):

- (3) a. \*A Maria deu-**lhe**<sub>i</sub> um livro **ao Pedro**<sub>i</sub>.  
 b. A Maria deu-**lhe**<sub>i</sub> um livro **a ele**<sub>i</sub> (**não a ela**).  
 c. A Maria deu-**lhe**<sub>i</sub> um livro **a ele**<sub>i</sub>/\***para ele**<sub>i</sub>.  
 d. \*A Maria deu um livro **a ele/para ele**.

<sup>2</sup>Prepositional Ditransitive Construction

## 2.2 O PB e a perda do núcleo aplicativo

Estudos quantitativos sobre a expressão do OI no PB, com dados de língua escrita e falada, coletados nas diferentes regiões, e provenientes de documentos históricos, revelam que a variedade brasileira se distancia do PE em dois aspectos gramaticais relacionados: decréscimo no uso da preposição *a*, a qual é substituída pela preposição *para*, como em (4a), e decréscimo no uso do clítico dativo de 3ª pessoa *lhe(s)*, o qual é substituído por três diferentes estratégias de pronominalização: (i) pronome lexical dentro da frase preposicional (4b); uso dialetal do pronome fraco (4c) e (iii) objeto indireto nulo fonologicamente (4d).

- (4) a. João deu o livro **para/prá** Maria.  
b. João deu o livro **a ela/ para/prá** ela.  
c. João deu **ela** o livro.  
d. João viu a Maria, mas não deu\_ carona.

Os dois fenômenos parecem estar correlacionados, ou seja, ambos teriam um papel conjunto na perda da codificação morfológica do OI. A hipótese que estou assumindo é a seguinte: a perda dos dativos constitui evidência de que a gramática brasileira não mais seleciona, dentro do elenco de categorias funcionais disponibilizadas na Gramática Universal (GU), um núcleo funcional especializado em introduzir e licenciar argumentos, a saber, o núcleo aplicativo. No PB, o OI é uma função oblíqua no contexto dos verbos transitivos.

Com isso em mente, apresento, a seguir, uma rápida abordagem do percurso histórico das formas nulas, paralelamente ao percurso histórico das formas preposicionadas, nas duas variedades do português. Sugiro que uma análise da categoria vazia, qualquer que ela seja, deve levar em conta a entrada das formas *a/para ele(s)/ela(s)* no elenco das variantes ao pronome clítico, no PB. Como veremos, tal estratégia é que pode ser considerada como inovadora na história do OI no PB, em oposição ao PE.

### 3 Estratégias pronominais para expressão do OI no PE e PB

#### 3.1 Resultados quantitativos

Inicialmente vejamos o percurso histórico do OI pronominal no PB, com dados extraídos de relatos, cartas (séc. XVIII) e peças de teatro (séc. XIX) (cf. BERLINCK, 1997; 2001).

Na primeira metade do século XVIII, há um uso praticamente categórico do pronome clítico, nenhum caso de pronome introduzido por preposição e baixa ocorrência das formas nulas fonologicamente. Na segunda metade do séc. XVIII, há um decréscimo dos pronomes clíticos, um tímido uso das formas preposicionadas e aumento na percentagem das formas nulas. Essa tendência se afirma nas duas metades do século XIX: respectivamente 71% de clíticos na 1ª metade do séc. XIX e 67% na peça do final do mesmo século. A percentagem de pronomes fortes é baixa, mas aumentam os objetos nulos.

O segundo conjunto de textos históricos, denominado *Cartas Paulistas dos séculos XVIII - XIX*, provenientes do corpus organizado dentro do projeto *Para História do Português Paulista- projeto caipira* (cf. SIMÕES; KEWITZ, 2009), traz igualmente resultados obtidos com a coleta das variantes pronominais na expressão do OI de 3ª pessoa. Verifica-se que há predominância das formas clíticas, contrastando com a baixa produtividade das formas preposicionadas e das formas nulas (cf. TORRES MORAIS; BERLINCK, 2009).

Este cenário, porém, altera-se gradualmente a partir das primeiras décadas do séc. XX e inverte-se drasticamente no PB atual. Na língua falada, por exemplo, o uso dos clíticos dativos de 3ª pessoa está praticamente ausente, sendo parcialmente recuperado na língua escrita, por efeito do ensino normativo (cf. MONTEIRO, 1994; BERLINCK, 1997, 2001; KATO, 2005; GALVES, 2001; GALVES; ABAURRE, 2002; GOMES, 2003; FREIRE, 2000, 2005; ISEKE BISPO, 2004; TORRES MORAIS; BERLINCK, 2006, 2007, 2009; TORRES MORAIS; SALLES, no prelo).

Para ilustrar este ponto, os estudos de Freire (2000) são bastante relevantes, uma vez que o pesquisador utiliza um corpus construído com dados do PE e PB. Com relação ao OI, o que se observa é que cada variedade revela um comportamento bastante peculiar na realização do dativo anafórico de 3ª pessoa: **só o PB faz uso do pronome lexical regido por preposição na amostra analisada, e apenas o PE emprega o clítico**. Este é o contraste que mais interessa, já que o uso do OI nulo foi encontrado nas duas variedades, embora com maior produtividade e mais ampla distribuição no PB.

Ainda com relação ao percurso do OI nulo no PB, observa-se que esta é a variante que apresenta os índices mais altos de uso nos materiais de língua falada analisados por Berlinck (1997, 2001).

Segundo os seus achados, embora o OI nulo já estivesse presente nos *corpora* do século XVIII, seu estatuto de variante predominante vai começar a se estabelecer apenas a partir da segunda metade do século XIX. A meu ver, porém, o mais importante é a sua constatação de que o aumento no uso do OI nulo começa entre os casos de referência de 3ª pessoa gramatical e entre aqueles que constituem complementos de verbos de *transferência verbal/perceptual*, como *dizer, perguntar, mostrar*. Essa tendência só se acentua, de modo que a frequência de OI nulo segundo o *tipo de verbo* em textos do séc. XX indica os seguintes resultados: verbos de *transferência material*, entre eles, *levar, mandar*: 45,5%; verbos de *transferência verbal/perceptual*, ou verbos *dicendi*, 83%.

Outro ponto importante é que a autora observa que à diminuição acentuada do uso do clítico dativo correspondeu um aumento substancial da ocorrência do nulo anafórico e também do OI oblíquo.

Vale ressaltar que são também os verbos *dicendi* os favorecedores linguísticos das formas nulas no PE falado, conforme registrado em Freire (2000).

O mesmo condicionamento semântico se verifica na língua escrita, como mostrado em Freire (2005). Nesse estudo, o autor busca avaliar a substituição dos clíticos acusativos e dativos anafóricos de 3ª pessoa por estratégias alternativas, e a implementação das mesmas nas



variedades lusitana e brasileira, com base em textos de jornais e revistas em quadrinhos, escolhidos a partir de um critério: o contínuo oralidade-letramento. O *corpus* é representativo do Rio de Janeiro (1995-2004) e de Lisboa (1998-2004).

No cômputo geral dos dados relativos aos OIs, distribuídos de acordo com as variantes levantadas, observa-se que, enquanto no PE as estratégias alternativas ao clítico se mostram bastante periféricas, ou seja, os clíticos de 3ª pessoa atingem um índice de 83%, no PB elas ostentam, somadas, o expressivo índice de 72%, destacando-se dentre elas o sintagma preposicional anafórico, cuja ocorrência suplanta a do OI nulo. Importa ressaltar ainda a assimetria percentual, própria da variedade lusitana, entre as formas nulas e as formas preposicionadas, respectivamente, 14% e 3% dos dados levantados. Abaixo estão dois exemplos ilustrativos da variante nula nas duas variedades:

- (5) a. A mamãe gastou um tempão preparando refeição para nós!  
Tudo o que tinha a dizer \_\_ era um “obrigado”... e não “como estão seus pulsos depois de abrir todas essas latas?” (PB: *Zé do Boné* em *O Globo*, 04-08-2004 – Tira em quadrinhos)
- b. “Já sei! É o tio Donald que ainda está a tocar!” “Acho que fomos malvados ao deixá-lo sozinho!” “Vamos dizer \_\_ que agimos mal!” (PE: *Disney Especial*, n.º 222, outubro de 2004 – História em quadrinhos)

Os resultados acima foram corroborados em outros estudos recentes sobre o OI. A conclusão que tiro a partir deles, é que, embora haja representativa frequência das formas nulas no PB, a estratégia inovadora na substituição dos clíticos dativos de 3ª pessoa são os pronomes fortes *ele(s)*, *ela(s)*, introduzidos por preposição.

### 3.2 Algumas reflexões para o estudo do OI nulo

Na verdade, se olharmos com mais atenção o critério adotado em Freire (2005) para identificar a variante preposicionada, veremos que o autor incluiu neste rótulo tanto as formas pronominais (*a/para*

*ele(s)/ela(s)*), como pronomes introduzidos por outras preposições, em contextos verbais distintos, e sintagmas nominais anafóricos. Assim, são considerados como representantes da estratégia preposicionada nos textos portugueses, casos como (6<sup>a</sup> e 6b). Observo que não houve nenhum registo que pudesse ser representativo da estratégia inovadora, tão produtiva no PB, como ilustra o exemplo (6c). Em Torres Morais & Berlinck (2007), mostramos também ocorrências dos pronomes fortes preposicionados nos dados extraídos de revistas brasileiras de alta circulação (6d-e):

(6) a. Atribui à sua educação a calma, o facto de não se irritar com os actores e dar a volta ao lado humano **das pessoas** para tentar tirar o melhor **delas**. (PE: Suplemento DNA do Diário de Notícias, 08-04-2000 – Reportagem).

b. Rui Sá não está disposto a permitir que a Câmara do Porto lave as mãos das responsabilidades quanto ao destino dos inquilinos privados ...o comunista apresentou uma proposta, a votar na reunião da próxima semana, em que recomenda que a autarquia assegure um tecto **a esses inquilinos**, imputando aos senhorios o custo desse mesmo realojamento. (PE: *Público*, 10-11-2004 – Reportagem).

c. Fui aluno da **Conceição** [...] Isso dá **a ela** latitude para falar mal de mim à vontade. (PB: O Globo, 13-07-2003 – Entrevista).

d. a. Se o seu **namorado** merece mais do que rosas, dê **para ele** os melhores botões. Camisas Dudalina por Fernando de Barros (Cláudia, 06/04/1999).

e. Das biografias de Lula, minha predileta é a de seu mentor intelectual, **Frei Betto**. Se me nomeassem diretor da Eletrobrás, eu daria **a ele** a função de escrever um roteiro sobre o presidente. (*Veja*, 28/5/2003).

Considerando o enviesamento dos dados, penso que, se a codificação for refeita, no sentido de isolar as formas pronominais preposicionadas, os resultados referentes ao PE escrito talvez se equiparem ao que Freire (2000) encontrou para a língua falada lusitana,

ou seja, nenhuma ocorrência do pronome tônico introduzido por preposição.

Sugiro, portanto, que no PE mantém-se o paradigma ilustrado em (3): pronomes fortes são introduzidos pela preposição *a*, são obrigatoriamente dobrados pelos clíticos dativos, e recebem uma interpretação discursiva particular.<sup>3</sup> Minha conclusão é que há um estatuto categorial distinto também em relação às formas pronominais preposicionadas: no PE elas são identificadas morfologicamente, ou seja, a preposição *a* é um marcador de caso, condicionando a reduplicação obrigatória do clítico dativo. A sua baixa ocorrência nos dados deve-se, provavelmente, à sua particular interpretação contrastiva.

No PB, ao contrário, os pronomes tônicos com a função de OI são pronomes oblíquos. As preposições *a/para* que os introduzem são preposições lexicais.

Como afirmei na introdução deste texto, não apresento nenhuma proposta para o objeto nulo. Vou apenas considerar algumas hipóteses que resultam do quadro teórico aqui assumido para análise do OI. A primeira hipótese é a de que o PE pertenceria ao rol das línguas que não permitem pronomes dativos nulos. A evidência é de natureza empírica e teórica. A evidência empírica consiste na sua baixa frequência, a qual pode estar ligada ao fato de que os OIs no PE estão praticamente restritos aos verbos *dicendi*. Ora, os verbos *dicendi*, como muitos outros que têm a valência acrescida por um OI, apresentam um uso transitivo. Assim, em exemplos como *O José escreveu um livro, leu uma boa história, enviou mensagens a tarde toda, falou a verdade, explicou os fatos, comprou uma casa, desenhou uma girafa, pintou belos quadros*, etc., o recipiente ou beneficiário do OD-tema está implícito, causando que as frases recebam uma interpretação particular. Pode-se inferir, portanto, que o OI nulo no contexto dos verbos *dicendi*, embora apresentem um uso anafórico condicionado pela presença de um antecedente recuperado no contexto linguístico, podem ser considerados argumentos implícitos. Há, porém, um problema com esta suposição: os informantes portugueses aceitam

<sup>3</sup> A ausência do redobro só é possível na presença de partículas focalizadores que introduzem os pronomes, como *só, mesmo, até*, etc., ou se estes estiverem em posição inicial de frase, como constituintes topicalizados.

o par alternante ilustrado em (7a e 7b).<sup>4</sup> Se aceita a hipótese de que o PE não licencia OI nulo, seria necessário dar conta da possibilidade de sua ocorrência com verbos *dandi*. Lembramos, porém, que tais casos não ocorrem no corpus analisado por Freire (2000, 2005). Uma investigação mais ampla em corpus variado se faz, então, necessária. Vale lembrar que os mesmos informantes não aceitam o uso anafórico dos pronomes oblíquos

- (7) a. Não fui ao casamento da Maria, mas dei-**lhe** um presente.  
 b. Não fui ao casamento da Maria, mas dei    um presente.  
 c. \*Não fui ao casamento da Maria, mas dei um presente **a/para ela**.

Quanto à evidência teórica para a ausência de OI nulo no PE, afirmo que a mesma resulta da hipótese de que os OIs dativos são introduzidos por um núcleo aplicativo. Como discutido na seção 2, defendo a idéia de que a Construção de Objeto Duplo (DOC), presente em línguas como inglês e espanhol, é uma estrutura aplicativo. Em ambas as línguas, por diferentes razões, o OI não pode ser nulo. O espanhol é particularmente interessante, uma vez que vários autores consideram o redobro obrigatório do clítico dativo nas ditransitivas como marca identificadora da referida construção. Em particular, Cuervo (2003) afirma que o clítico dativo de 3ª pessoa lexicaliza o núcleo aplicativo. Segundo o que estou propondo para o PE, os DPs plenos e os DPs clíticos são gerados como especificador da frase aplicativo, em distribuição complementar, uma vez que o redobro está restrito aos pronomes fortes (cf. 3a-d). Desta forma, a ausência do OI nulo dativo no PE decorreria da natureza da frase aplicativo.

No entanto, se esta hipótese não puder ser mantida, resta aos pesquisadores a tarefa de caracterizar a natureza do OI nulo no PE.

Como se demonstrou ao longo deste texto com argumentos de natureza empírica, o PE e o PB não apresentam as mesmas estratégias na codificação do OI. No PB, há perda da codificação morfológica da função, evidenciada pela substituição da preposição *a* por *para* e decréscimo no

<sup>4</sup> Uma outra contra-evidência a esta hipótese são os casos de Topicalização, como no exemplo: *Ao menino, o José ofereceu um computador*.

uso dos clíticos dativos *lhe(s)*, os quais são substituído, no PB padrão, por diferentes estratégias de pronominalização: pronome lexical dentro da frase preposicional e objeto indireto nulo fonologicamente. Dentro do quadro teórico aqui assumido, a conclusão é a de que o PB codifica o OI unicamente como função oblíqua. Nesses termos, a configuração preposicionada é a única produtiva. Ora se afirmarmos a existência do OI nulo no PE, o OI nulo no PB não é uma estratégia inovadora, embora apresente particularidades, quando o comparamos com o PE, entre elas, sua maior produtividade, o fato de não estar restrito ao contexto dos verbos *discendi*, e a concorrência, cada vez mais acirrada, com os pronomes oblíquos anafóricos. Se esta linha de raciocínio for válida, a hipótese que terá que ser assumida é a de que houve alteração, ao longo do tempo, no seu estatuto categorial: na história do PB o OI nulo deixa de ser um pronome fraco introduzido pelo núcleo aplicativo, como seria o caso no PE, e passa a ser gerado como pronome oblíquo, na mesma posição em que são geradas as formas *a/para ele(s)/ela(s)*.

## REFERÊNCIAS

BERLINCK, R. de A. Sobre a realização do objeto indireto no português do Brasil. In: **II Encontro do Círculo de Estudos Lingüísticos do Sul**, 2. Florianópolis. Florianópolis: UFSC, 1997.

BERLINCK, R. de A. Dativo ou Locativo? Sobre sentidos e formas do dativo no português. Revista **Letras**, v. 56. p.159-175, 2001.

BISPO, K. C. I. **A sintaxe do objeto indireto no português do Brasil**. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade de Brasília, Brasília, 2004.

CUERVO, C. **Datives at large**. PhD Thesis. MIT Press, Cambridge, 2003.

FREIRE, G. **Os clíticos de terceira pessoa e as estratégias para sua substituição na fala culta brasileira e lusitana**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

FREIRE, G. **A Realização do Acusativo e do Dativo Anafórico de 3ª. Pessoa na Escrita Brasileira e Lusitana.** Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

GALVES, C. e ABAURRE M. B. Os clíticos no português brasileiro: elementos para uma abordagem sintático-fonológica. In: CASTILHO, A. e BASÍLIO, M. (Org). **Gramática do Português Falado.** v. 4: Estudos Descritivos. Campinas: Editora da UNICAMP, 2002. p. 267-312.

GALVES, C. **Ensaio sobre as Gramáticas do Português.** Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.

GOMES, C. A. Variação e Mudança na Expressão do Dativo no Português Brasileiro. In: PAIVA, M. C.; DUARTE, M. E. L. (Org) **Mudança Linguística em Tempo Real.** Rio de Janeiro: FAPERJ/Contra Capa, 2003. p. 81-96.

KATO, M. A. A gramática do letrado: questões para a teoria gramatical. In: MARQUES, M.A; KOLLER, E.; TEIXEIRA, J.; LEMOS, A. S. (Org). **Ciências da Linguagem: trinta anos de investigação e ensino.** Braga: CEHUM (Universidade do Minho), 2005. p. 131-145.

MATEUS, Maria Helena et ali. **Gramática da Língua Portuguesa.** Lisboa: Caminho, 2003.

MONTEIRO, J. **Pronomes Pessoais. Subsídios para uma Gramática do Português do Brasil.** Fortaleza: Editora da Universidade Federal do Ceará, 1994.

PYLKKÄNEN, L. **Introducing Arguments.** PhD Thesis. MIT Press, Cambridge, 2002.

SIMÕES, J.; KEWITZ, V. **Cartas paulistas dos séculos XVIII e XIX: uma Contribuição para os Corpora do PHPB.** São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2006.

TORRES MORAIS, M. A. Um cenário para o núcleo aplicativo no português europeu. **ABRALIN 5.** p. 239-266, 2006.

TORRES MORAIS, M. A.; BERLINCK, R. A. A caracterização do objeto indireto no português: aspectos sincrônicos e diacrônicos In: LOBO, T. et al. (ed.) **Novos Dados, Novas Análises.** Volume.VI. Tomo I. Salvador: EDUFBA. 2006. p. 73-106.

TORRES MORAIS, M. A. **Os Dativos**. Tese (Livre Docência) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

TORRES MORAIS, M. A.; BERLINCK, R. A. 'Eu disse pra ele' ou 'Disse-lhe a ele': a expressão do dativo nas variedades brasileira e europeia do português. In: CASTILHO, A. T. de; TORRES MORAIS, M. A.; LOPES, R. E. V.; CYRINO, S. M. L. (Org.) **Descrição, História e Aquisição do Português Brasileiro** – Estudos dedicados a Mary Aizawa Kato. São Paulo. Fapesp. Campinas. Pontes Editores, 2007. p. 61-83.

TORRES MORAIS, M. A., SALLES, H. Parametric Change in the grammatical encoding of indirect objects in Brazilian Portuguese, 2007 (no prelo).

*Recebido em abril de 2010*

*Aprovado em maio de 2010*

## **SOBRE A AUTORA**

**Maria Aparecida Torres Morais** é Doutora em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (1995). Atualmente é livre docente no Departamento de Línguas Clássicas e Vernáculas da Universidade de São Paulo. Sua pesquisa está centrada na sintaxe diacrônica, em particular, nos fenômenos de variação e mudança na história do português europeu e português brasileiro.

email: torres.mariacida@gmail.com